



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE  
Identificação: GERAL A5  
Data: 13/11/2012

DA JUSTIÇA

## FHS descumpre determinação e SRPA volta a superlotar

LINDIVALDO RIBEIRO/CS

Fabio Brito

Além das deficiências que já existem e aquelas que aparecem a cada dia, antigos problemas, que pareciam solucionados, estão voltando ao Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF). Hoje não só os pacientes daquela unidade de saúde estão desesperados por atendimento, a própria situação é de desespero.

Ontem, 12, pela manhã, a promotora de Justiça Euzá Missano visitou o HGJAF para checar se uma determinação judicial de 2010, relacionada à Sala de Recuperação Pós-Anestésica (SRPA) estava ainda sendo cumprida pelo Hospital, e constatou que toda a problemática estava de volta. Segundo a promotora, no ano de 2010 o Ministério Público Estadual (MPE) moveu uma Ação Civil Pública (ACP) contra o Estado de Sergipe em relação à SRPA do HGJAF, que deveria ser utilizada somente para os pacientes que estavam esperando alta do atendimento anestésico, sendo encaminhados após a alta para a UTI ou para a enfermaria.

O problema é que, na época da ACP, as pessoas que saíam da cirurgia permaneciam na SRPA, mesmo depois da liberação do anestesiológico, devido à superlotação nas enfermarias e na UTI. Após a ACP do Ministério Público e a decisão judicial para que o Estado garantisse que àquela sala servisse somente para o seu real fim, a determinação foi cumprida, e somente pacientes em recuperação da anestesia permaneceram naquele setor. "Constatamos que a situação voltou a ser o que era antes. A SRPA está superlotada com 45 pacientes e tivemos infor-



■ Não só os pacientes da Sala de Recuperação Pós-Anestésica estão desesperados por atendimento

mações que em outros dias há até mais que isso", revelou a promotora.

Ela expôs que agora o MPE irá fazer um relatório dessa visi-

ta com essas informações, anexando aos autos do processo e que pedirá a execução da medida liminar por descumprimento daquilo que foi determina-

do pela ordem judicial. "Os pacientes hoje estão retidos no centro cirúrgico, deixando esse setor intransitável", completou a promotora.